

## ESPORTE E SEGURANÇA EM UMA “SOCIEDADE DE PROJETOS”

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer<sup>1</sup>

---

### RESUMO

Neste texto trata-se da estreita ligação que vem sendo estabelecida entre esporte e segurança na proposição de projetos sociais esportivos. Em uma espécie de diagnóstico do presente, foram descritas “condições políticas produtivas” observadas no estado e região para que se fortaleça o tipo de ligação indicada – esporte-segurança. Tal vinculação é evocada como justificativa para ações que visam reduzir a criminalidade e a violência pelo PELC-PRONASCI, a partir do que consta no sítio do Ministério do Esporte. A seguir, é problematizado o que vem se constituindo como uma “sociedade de projetos”, em que este tipo de vinculação, entre outras, é estabelecida.

**Palavras-chave:** Projetos sociais; esporte; segurança.

---

### INTRODUÇÃO

Neste texto, é apresentado um trabalho de diagnóstico. Não como uma futurologia que pretenda prever o que vai acontecer nos próximos tempos, mas como exercício que pode diagnosticar, na

atualidade, uma série de condições políticas produtivas que parecem apontar para novos encaminhamentos no que diz respeito às políticas públicas de esporte, lazer e segurança no Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na região denominada metade sul do RS.

---

<sup>1</sup> Lotado no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, atua no curso de Educação Física - Licenciatura nesta universidade. Atuação nas áreas de Educação e Educação Física com os temas Esportes e Políticas Públicas, funcionamentos da Educação Física em espaços não escolares. Doutorado concluído em 2012 tendo como tema a proliferação de Projetos Sociais Esportivos na cidade. Contato: felipao.rg@hotmail.com.

Tal região vem sendo alvo de investimentos maciços nos últimos anos e configura-se na atualidade, explicitamente, como uma “zona de interesse” para o desenvolvimento<sup>2</sup> estadual e nacional. Concomitantemente a este processo, começam a ser propostos “projetos sociais”, que pretendem dar conta da minimização de um estado de abandono em que a região se encontrava, em termos de políticas sociais. Pode-se então afirmar que a maioria desses projetos têm se justificado em torno de duas “missões”: minimizar a condição de vulnerabilidade e risco social em que grande parte da população é posicionada; e mitigar os impactos de diferentes ordens que estes novos investimentos e empreendimentos podem produzir (e com certeza produzem) na cidade e região. Parte desses “projetos sociais” tem sido estimulada e proposta pelas empresas que aqui estão se instalando. Outra parte tem sua proposição partindo de iniciativas governamentais e individuais.

Mas a proliferação deste tipo de projeto –o social– não é exclusividade desta cidade ou região; estes têm sido propostos em grande quantidade na maioria dos centros urbanos de média e grande concentração populacional no Brasil, tamanha a ênfase que é colocada sobre este tipo de iniciativa e tamanho o estímulo que vem sendo alardeado, pela mídia e pelo Estado,

para que a população seja “atendida” em suas “necessidades” e “direitos”, através desse tipo de ação.

Em uma pesquisa<sup>3</sup> desenvolvida, apoiada numa operação de mapeamento cartográfico e preocupada com esta proliferação, constatou-se que a maioria dos projetos em funcionamento na cidade do Rio Grande-RS estabelece ligação entre o uso do esporte e a minimização da criminalidade e violência, ou seja, vincula esporte e segurança, dois dos “direitos sociais” demandados pela população. Com isto, pretende-se dizer que: a) não parece haver dúvida que a disponibilização do esporte como uma das atividades desses projetos e como direito de cada um possa cumprir com esta função; b) não parece haver resistência por parte da sociedade sobre o fato de que estas questões (segurança e outros direitos sociais) sejam tratadas e enfrentadas a partir de projetos advindos em sua maioria de iniciativas individuais ou institucionais e não do próprio Estado; c) parece, a partir destas constatações, estar se constituindo o que mais adiante denomino como “sociedade de projetos” em que se pode situar tanto as ações de programas governamentais como de outros projetos nominados de sociais esportivos.

Paralelamente a estas considerações, estão apresentados mais abaixo

- 
- 2 A cidade do Rio Grande-RS possui um dos maiores portos marítimos em movimentação de cargas do país. Este fato justifica, em parte, a atenção que a região tem recebido nos últimos tempos. Pelo contato que estabelecem com o mar, a cidade e a região caracterizam-se como “corredor de exportação e importação” de produtos do Brasil e da América Latina, caracterizando-se pelo enorme fluxo de pessoas, seja temporário, como os relativos à própria atividade marítima de embarque e desembarque, seja de maior duração, como o relativo àquelas pessoas que se estabelecem na cidade para grandes empreendimentos, como ocorreu no passado para a construção do “Porto Novo” e tem ocorrido atualmente em torno de uma política de construção naval para a região.
  - 3 Trata-se da pesquisa financiada pelo Ministério do Esporte/Rede CEDES, intitulada *Projetos Sociais Esportivos e a Produção de uma Política Pública de Esporte*, desenvolvida pelo Núcleo FURG, em Rio Grande – RS.

os Programas PELC<sup>4</sup> e PRONASCI<sup>5</sup>, que pretendem se estabelecer como “políticas de Estado” e que, embora não estejam em funcionamento na cidade, são exemplares<sup>6</sup> na maneira como indicam, dentro de diversificadas ações e de forma conveniada, o tratamento da questão da segurança. Desta maneira, pretende-se, neste texto, no bojo da operação de diagnóstico, discutir este tipo de vinculação. Para isto, foram identificadas algumas condições políticas produtivas, quase evidências, que permitem tomar-se como certa a disseminação de intervenções promovidas por esta parceria –PELC/PRONASCI– por todo estado do Rio Grande do Sul, especialmente na região em que se localiza a cidade do Rio Grande.

### CONDIÇÕES POLÍTICAS PRODUTIVAS

O que foi denominado como condições políticas produtivas não são pistas que inevitavelmente possam conduzir a efeitos inescapáveis, mas sim, anúncios públicos que remetem a um “modo de fazer as coisas” em termos de políticas públicas. Sendo assim, as condições descritas a seguir são tomadas no nível do que é dito, por isto enunciações, sem que para isto seja necessário julgá-las em termos de coerência com promessas feitas por candidatos ou partidos políticos e demandas advindas da sociedade. Pelo contrário, a descrição que

apresentada nesta parte do texto tem por objetivo demonstrar um pouco do caminho percorrido para chegar a problematizar, no presente, as relações que estão se estabelecendo entre esporte e segurança. Vamos a elas:

1. Como brevemente anunciado na introdução deste texto, tem-se na cidade do Rio Grande-RS, assim como na maioria das cidades médias e grandes do nosso país, um conjunto de fatores que têm, por um lado, produzido senão um estado pelo menos uma sensação de insegurança na população, associada a altos níveis de criminalidade e violência, números alarmantes de drogadição, exclusão de parte desta população dos postos de trabalho e acesso a bens de direito; enfim, diferentes abordagens ensaiam explicações para este estado de insegurança. De outro lado, assiste-se a isto, quando não se está implicado com as mesmas, iniciativas de diferentes níveis e origens que, através de projetos<sup>7</sup> ditos “sociais”, dirigem-se a segmentos da população com o objetivo de minimizar este estado ou sensação de insegurança.
2. Constata-se que, na cidade, muito pouco há de políticas públicas para o desenvolvimento do esporte e do lazer, mesmo considerando que a

4 Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC/Ministério do Esporte.

5 Programa Nacional de Segurança e Cidadania – PRONASCI/Ministério da Justiça.

6 Damico (2011) analisou determinadas formas de governmentação da juventude em políticas de segurança pública em duas regiões periféricas escolhidas como *lôcus* de pesquisa: o bairro Guajuviras na cidade de Canoas-RS e a cidade de *Grigny Centre*, na região metropolitana de Paris (França). Em suas análises sobre o “território da paz” brasileiro, o Pronasci se evidencia como política pública de segurança que “se caracteriza como uma tecnologia de governmentação. Organiza atividades de modo a (tentar) regular a diversidade da vida juvenil”(P.08). Muito do que aqui está ensaiado foi ativado pela leitura dessa tese.

7 Para este estudo, interessam especificamente os projetos sociais esportivos, já que é a partir desses que formulamos algumas das constatações, atenção e argumentação.

ausência de uma política municipal de esporte e lazer possa ser tomada como “a” política para o setor. Neste sentido, recentemente foi eleito um deputado estadual, pela cidade do Rio Grande, com a promessa de investir no esporte como meio de inserção social. Abaixo está transcrito parte de uma matéria que circulou em um jornal da cidade em que o deputado promete:

lutar pelo desenvolvimento regional, especialmente da Metade Sul do Estado, e pelo desenvolvimento do esporte e lazer como forma de inclusão social e combate à drogadição. [...] Defendo o desenvolvimento econômico gerado pelo Pólo Naval junto a uma contrapartida de benefícios sociais. [...] Quanto ao foco no esporte e no lazer, anuncio que vai fomentar o debate sobre o papel dos setores para a inclusão social. ‘É importante, neste sentido, a valorização dos pequenos clubes que existem na maioria dos nossos municípios. Eles podem ser uma via muito importante para a inclusão de jovens através do esporte e uma alternativa para turno invertido da escola, contribuindo com espaço para atividades que combatem a drogadição’. [Jornal Agora, 03 jan. 2011].

3. Tem-se, desde o início deste ano, um novo governo estadual, que assumiu sob a premissa de implementar no Rio Grande do Sul uma política para a área da segurança alinhada/inspirada no PRONASCI – Ministério da Justiça, o qual teve como um dos mentores, no nível

nacional, o governador eleito. Mais do que isto, já existiam convênios entre o Governo Federal (PRONASCI/Ministério da Justiça) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que foram renovados no início deste ano, bem como diretrizes divulgadas pela imprensa para a elaboração de política semelhante ao PRONASCI, no nível estadual, que será aqui denominada PROESCI<sup>8</sup> e terá objetivos semelhantes ao do nível ministerial. Associado a este programa estadual foram elencadas 12 (doze) cidades consideradas prioritárias para a implementação de ações relacionadas ao programa em elaboração. Entre estas está a cidade do Rio Grande.

4. Existem no estado do Rio Grande do Sul, quatro cidades atendidas (Alvorada, Canoas, Guaíba e São Leopoldo) por núcleos do PRONASCI. Dentro destes, funcionam, como uma das ações do programa, os projetos PELC/PRONASCI, que estabelecem uma vinculação entre esporte e segurança, nos termos do primeiro ser um veículo para potencializar o segundo. Ou melhor, tal vinculação pode ser tomada como uma das estratégias dentro do Programa para enfrentamento da criminalidade nas comunidades.

Não há interesse, neste texto, de demonstrar se estas condições políticas são consequências da eleição de um deputado

---

8 Quando elaboramos este texto, ainda não havia sido o aprovado Programa Estadual de Segurança e Cidadania – PROESCI, mas havia indicações sobre seu conteúdo através de matéria jornalística [Jornal Agora, 13 abr. 2011] intitulada “Proesci é apresentado para o governador Tarso Genro.”

estadual da região e do governador do estado, mas buscar, inicialmente, como estão se arranando, no nível de diagnóstico, estas condições e as soluções prometidas para minimizar impactos vinculados ao desenvolvimento previstos como certos. Constatar a possibilidade de arranjos regionais e locais para a implantação do PELC/PRONASCI ou PROESCI na metade sul faz parte da configuração de uma situação onde a necessidade de políticas públicas que atendam diferentes questões sociais vem sendo respondida pelo estímulo e proposição de projetos e aquilo que os caracteriza. A ênfase colocada por nós sobre as ações do PELC/PRONASCI justifica-se pela maneira como nesta parceria/convênio está caracterizada a vinculação entre estímulo à prática de esportes e uma visada minimização dos níveis de sensação de insegurança. A seguir, está descrito, de maneira sintetizada, os propósitos dos Programas PELC e PRONASCI.

### A PARCERIA PELC/PRONASCI<sup>9</sup>

O PELC é um programa do tipo finalístico, criado em 2003, implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte (ME). Seus objetivos são “ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas

públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social” e “contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas.”<sup>10</sup> Nos seguintes trechos pode-se identificar, objetivamente, as pretensões deste programa:

além de proporcionar a prática de atividades físicas, jogos e brincadeiras, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos. [...] A principal justificativa para a consolidação do PELC é a conscientização dos parceiros a respeito da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que estas avancem do atual estágio de política de um governo para a dimensão mais ampla de política de estado.

Em visita recente ao portal do Ministério do Esporte, constatou-se que “o problema gerador que ainda hoje justifica a sua [PELC] existência é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira.”

Já o PRONASCI<sup>11</sup> desenvolvido pelo Ministério da Justiça. É composto por 94 ações ou projetos que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade e sua principal meta é o enfrentamento da

9 Embora atuem hoje de forma conveniada/parceira, PELC e PRONASCI são programas localizados em ministérios diferentes e que apenas em 2009 passaram a atuar de forma integrada. Nesta parte do texto, caracterizamos os programas, apoiados em passagens retiradas dos sítios oficiais dos mesmos.

10 Todos os fragmentos relacionados ao PELC, aqui citados, foram extraídos do portal <http://www.esporte.gov.br/sndel/esportelazer/>. Acesso em: 25 mai. 2011.

11 Todos os fragmentos relacionados ao PRONASCI, aqui citados, foram extraídos do portal <http://www.portal.mj.gov.br/sndel/pronasci/>. Acesso em: 25 mai. 2011.

criminalidade no país. Segundo o próprio programa:

O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. [...] Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. [...] Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar. [...] Até 2012, o Pronasci será estendido a todas as unidades federativas, ainda que de forma parcial.

Os dois programas preveem a busca de “parcerias com outros Programas estruturantes da Política Social do Governo Federal, buscando aprimorar o controle social e a intersetorialidade” (PELC) e a celebração de “convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não governamentais e organismos internacionais” (PRONASCI), para ampliar e garantir a realização de suas ações. Assim, entre outras ações gerais implementadas, a partir de 2009, o PELC foi integrado ao PRONASCI em forma de projeto e hoje opera a partir das seguintes diretrizes:

valorização da diversidade dos sujeitos, dos grupos e das culturas; intergeracionalidade; auto-organização dos sujeitos e grupos; trabalho coletivo e gestão

participativa; intersetorialidade; ludicidade; ação educativa crítica e criativa para formação de valores; promoção da cultura da paz (segurança, superação de violências, convivência ética); territorialidade.

Como programa previsto no portal do ME ou como projeto/ação que compõe o PRONASCI, o que se percebe em relação ao PELC são alterações que indicam um movimento na direção das políticas de segurança. Neste sentido, observa-se, em suas diretrizes, a inclusão de itens como “ação educativa crítica e criativa para formação de valores; promoção da cultura da paz (segurança, superação de violências, convivência ética); territorialidade”, que antes não apareciam e que caracterizam o modo de atuação do PELC quando associado ao PRONASCI. Os argumentos que parecem estar aí embutidos para estas alterações são a intersetorialidade e a racionalização de alocação orçamentária. O primeiro destes já está pautado na condução das políticas públicas por parte do governo, ainda que de difícil efetivação. Já o segundo, que não deixa de manter relação com o primeiro, diz respeito à aplicação de recursos que acarretam a ampliação das ações de um ministério (ME), sem que seu orçamento seja ampliado para isto, uma vez que o custeio das atividades do PELC/PRONASCI é bancado pelo Ministério da Justiça. Neste sentido, está previsto que, “para o desenvolvimento do Programa [PRONASCI], o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012.”

Uma das consequências disto parece ser a colocação de um programa (PELC) a serviço de outro (PRONASCI), o que a princípio não é repudiável. Mas, quando se caracteriza uma espécie de submissão

de um programa a outro pode-se obter “desvios” do foco e dos objetivos de programas distintos, podendo colocá-los em conflito ou subserviência.

A maneira como está prevista a atuação do PELC, quando em parceria com o PRONASCI, pode ser demonstrada na transcrição de um subitem da ação programática que estabelece o funcionamento dos NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - PELC (ação programática 26670001) nos seguintes termos:

PRONASCI/PELC, para jovens entre 15 e 24 anos, suas famílias e comunidades, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vista à melhoria da qualidade de vida e resgate da auto-estima. São previstas atividades específicas para esta faixa etária como oficina de skate, hip hop, música (de acordo com a cultura local), danças, grafiteagem, *le parcu*, cinema, teatro, etc. e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: mostras, passeios cíclicos, festivais, encontros temáticos, sessões de cinema e outros.

Parece que nesta parceria são assumidos funções ou efeitos esperados de polícia<sup>12</sup>, não previstos inicialmente para o programa (PELC). Mas este tipo de movimento não é exclusividade do PELC/PRONASCI. Se, nesta parceria, as articulações são explicitadas de forma evidente, nos projetos sociais esportivos, mapeados pela pesquisa, a vinculação entre esporte e segurança aparece de maneiras variadas, ainda que não de forma tão articulada como

no exemplo dos programas descritos. São exemplos disto anúncios como os que se seguem, diretamente ligados aos objetivos destes projetos e que demonstra o quanto também estão “encharcados” deste tipo de vinculação: “afastamento do aluno de drogas e condutas ilícitas [...] devido aos altos índices de violência e criminalidade no bairro” (PROJETO SEMEAR); “O Projeto Craque Cidadão é uma ferramenta a serviço da segurança pública” (PROJETO CRAQUE CIDADÃO); “anteriormente denominado Segurança nas Escolas, foi criado devido à necessidade de reduzir a violência nas escolas” (PROJETO INTEGRAÇÃO).

Quando e onde implementados, os programas (PELC/PRONASCI, ou PROESCI?) funcionam através de projetos propostos a partir do Estado e compõem uma rede, um tecido junto a outros projetos, como os mapeados por esta pesquisa. Ocupam pontos em um mapa. Constituem mapas. E se, neste texto, são colocados em evidência os programas PELC/PRONASCI e PROESCI, não é para conferir-lhes maior importância, mas para demonstrar de maneira evidente a articulação do uso do esporte como promessa de segurança (ou paz), quando se efetivam em projetos que são colocados em funcionamento.

### UMA “SOCIEDADE DE PROJETOS”?

Pode-se encontrar, publicado nas produções de Michel Foucault, análises sobre a constituição de: “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1987), “sociedade de normalização” (FOUCAULT, 1999), “sociedade de segurança” (FOUCAULT, 2008), “sociedade de controle”<sup>13</sup> (DELEUZE,

12 O termo polícia refere-se ao sentido moderno, que Foucault (2008, p. 475) atribuiu ao “instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza.”

1992), que acompanham, nas descrições elaboradas por este autor, deslocamentos nas artes de governar, desde o que ele aponta como a emergência dos Estados modernos. Encontra-se, em outros autores ao longo das últimas décadas, referências à “sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1994), “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1987), “sociedade individualizada” e “sociedade de consumo” (BAUMAN, 2008), em que são descritos mecanismos através dos quais cada vez mais somos individualizados e outros (não exatamente isolados destes) pelos quais tudo vem sendo espetacularizado, consumido e mercantilizado desde o século passado, inclusive e principalmente, a vida. Pode-se dizer que, em suas elaborações, estes autores realizam um diagnóstico de seu tempo. Indicar aqui de forma muito rápida estas “sociedades” está implicado em trabalhar com a noção de que um tipo de sociedade não substitui ou é plenamente substituído por outro e que tecnologias, estratégias, técnicas sobrepõem-se, arranjam-se de diferentes maneiras em distintos espaços e tempos.

De outro lado, ao que neste texto está denominando por “sociedade de projetos”, não é outra coisa senão um exercício em termos de hipótese para futura análise. Talvez não passe de um ensaio sobre o modo que vivemos, somos interpelados, intervimos contemporaneamente. Especialmente, em relação ao modo como mecanismos e estratégias são colocados em funcionamento para, “pedagogicamente”, salvarem os outros ou, ao modo como todos somos atingidos. São estas diferentes maneiras de tentar resolver os “problemas

sociais” que têm se configurado como projetos – projetos sociais, que servem como referência ao que é denominado “sociedade de projetos”, por equivalerem a um tempo em que este tipo de intervenção tem sido bastante acionado.

Estes projetos estão em toda parte. O formato dos projetos sociais enquanto estratégia de ação sobre “problemas sociais” têm proliferado imensamente no Brasil, desde a década de noventa. É praticamente impossível agir, atualmente, sem que se tenha para isto “elaborado” um projeto de ação. Em relação a este modo de agir, pode-se dizer que se aplica uma “pedagogia de projetos” que organiza e, ao mesmo tempo, justifica as ações como aceitáveis. Os projetos sociais esportivos estão entre estas estratégias correlatas a mecanismos de ação sobre os outros, de governo, hipoteticamente por vários motivos. Explinar os motivos apontados por diferentes autores para explicar este fenômeno extrapola os objetivos deste texto, mas o que interessa é chamar a atenção para o caráter desses projetos em relação ao que pode torná-los atrativos e os faz serem ativados.

Neste sentido, em relação a esses projetos, pode-se destacar aspectos como: a) podem, ou não, fazer parte de um plano ou programa que os englobe, podendo estes ser de iniciativa individual, por exemplo; b) a maioria dos projetos que mapeamos não exige grande aparato burocrático para sua formulação e aprovação, salvo aqueles vinculados a programas governamentais ou concorrentes em editais de distribuição de recursos; c) os projetos atuam durante

---

13 “Sociedade de controle” corresponde às reflexões do filósofo Gilles Deleuze sobre o trabalho de Michel Foucault; por isto, aparece aqui, elencado junto às análises deste último.

determinado período (na sua maioria um ano), não representando responsabilização permanente para a instância que o propõe e financia; d) os projetos encurtam o tempo e a distância entre o reconhecimento de uma demanda social e a proposição de uma ação, diferentemente, por exemplo, das condições necessárias para a formulação de uma política pública focal; e) os projetos têm um custo estimado que define as condições da ação e sem que se perca o controle de gastos, ainda que se discuta bastante, em relação a este tema, a eficiência e eficácia dos mesmos. Estes são motivos suficientes para que os projetos figurem como uma opção considerável em termos de custo-benefício para o tratamento de demandas sociais e governamentais, ainda mais se considerarmos que as “leis” do mercado cada vez mais funcionam como condição para justificar a pertinência de investimentos de qualquer ordem.

Enfim, pode-se dizer que se trata de garantias de direitos dos homens via inter-setorialidade e racionalização da locação orçamentária? De técnicas, mecanismos e estratégias de segurança? Ou tratar-se-ia dos direitos dos governados, no sentido de uma soberania que se exerce em nome da espécie, da população, da sociedade? Quais as implicações destes questionamentos em relação aos “problemas” que esses “programas” visam resolver ou minimizar e as demandas “reais” de uma população?

Este tipo de questionamento, no último parágrafo de um texto, não se configura numa “boa” maneira de concluí-lo, mas sim de indicar sua continuidade para explorações que não se esgotam. O tema da vinculação entre esporte e segurança é uma questão de política da vida de uma população que parece paradoxalmente omitir suas fundações no mesmo ponto em que explicita suas intenções. Ou seja, em nome de atender demandas da população

por “direitos” à segurança e à prática esportiva e de lazer, estabelecem-se medidas policiais em nome da promoção da segurança e da paz. Esta foi a linha de problematização (o eixo de pensamento) operado neste texto: desconfiar dos arranjos que programas e projetos como estes colocam em funcionamento.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- DAMICO, José Geraldo Soares. *Juventudes governadas*: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PROJETO SEMEAR, Rio Grande, 2009.
- PROJETO CRAQUE CIDADÃO, Rio Grande, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Projeto Integração*. 2009.

---

## SPORT AND SECURITY IN A “SOCIETY OF PROJECTS”

---

### ABSTRACT

This text deals about the close link that has been established between sport and security in proposing social projects in sports. In a diagnostic of the present, had described “political conditions productive” observed in the state and region to strengthen the connection type displayed - sports-safety. This relation is intended as a justification to reduce crime and violence “PELC-PRONASCI”, from appearing on the website of the Ministry of Sports. After, discuss what is becoming as a “society of project” where this kind of linkage, among others, are established.

**Keywords:** social projects; sports; security.

---

Recebido em: março/2012

Aprovado em: junho/2012